



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica
Diretoria de Currículos e Educação Integral

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO
INTEGRAL NO BRASIL: AMPLIAÇÃO DE DIREITOS
PARA OUTROS TEMPOS E ESPAÇOS EDUCATIVOS**

Outubro - 2013



“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens”.

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

“Na educação brasileira, não há tradição de escolas que funcionem em sete ou mais horas diárias para um mesmo estudante. As experiências históricas do Rio de Janeiro, com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) criados na década de 80, de Brasília, com construção da escola-parque e da escola-classe nos anos 60, e da Bahia, com a experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro nos anos de 1950, demonstram, no entanto, que isso é viável e necessário.”

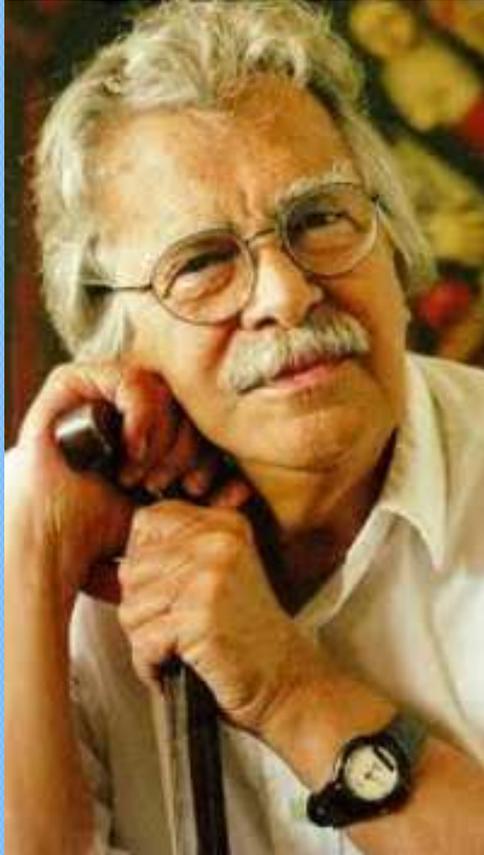
Passo a Passo – Mais Educação

MATRIZES HISTÓRICAS - ANÍSIO TEIXEIRA



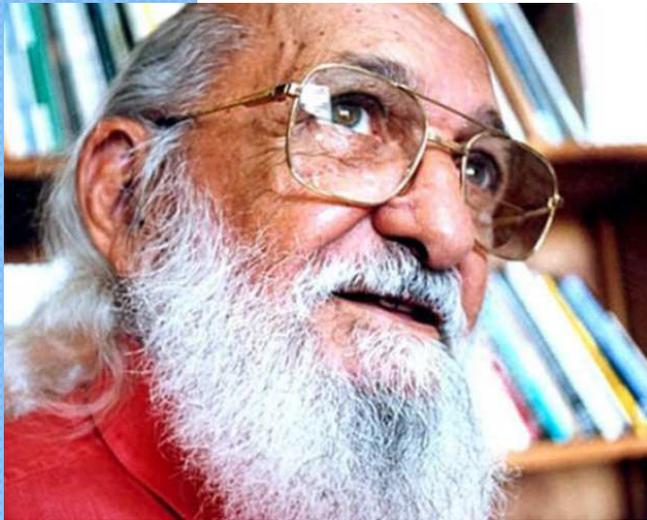
“Todos os estudos, de verdadeira e autêntica formação para o trabalho seja o trabalho intelectual, científico, técnico, artístico ou material, dificilmente podem ser estudados em tempo parcial, dificilmente podem ser feitos em períodos apenas de aula, exigindo além disso e, sempre, longos períodos de estudo individual – e para tal grandes bibliotecas , com abundância de livros e de espaço para o estudante – longos períodos de prática em laboratórios, salas-ambiente, ateliês, etc., e longos períodos de convivência entre os que estão formando e os professores. Somente com professores de tempo integral e alunos de tempo integral poderemos formar esses trabalhadores de nível médio”.

MATRIZES HISTÓRICAS - DARCY RIBEIRO



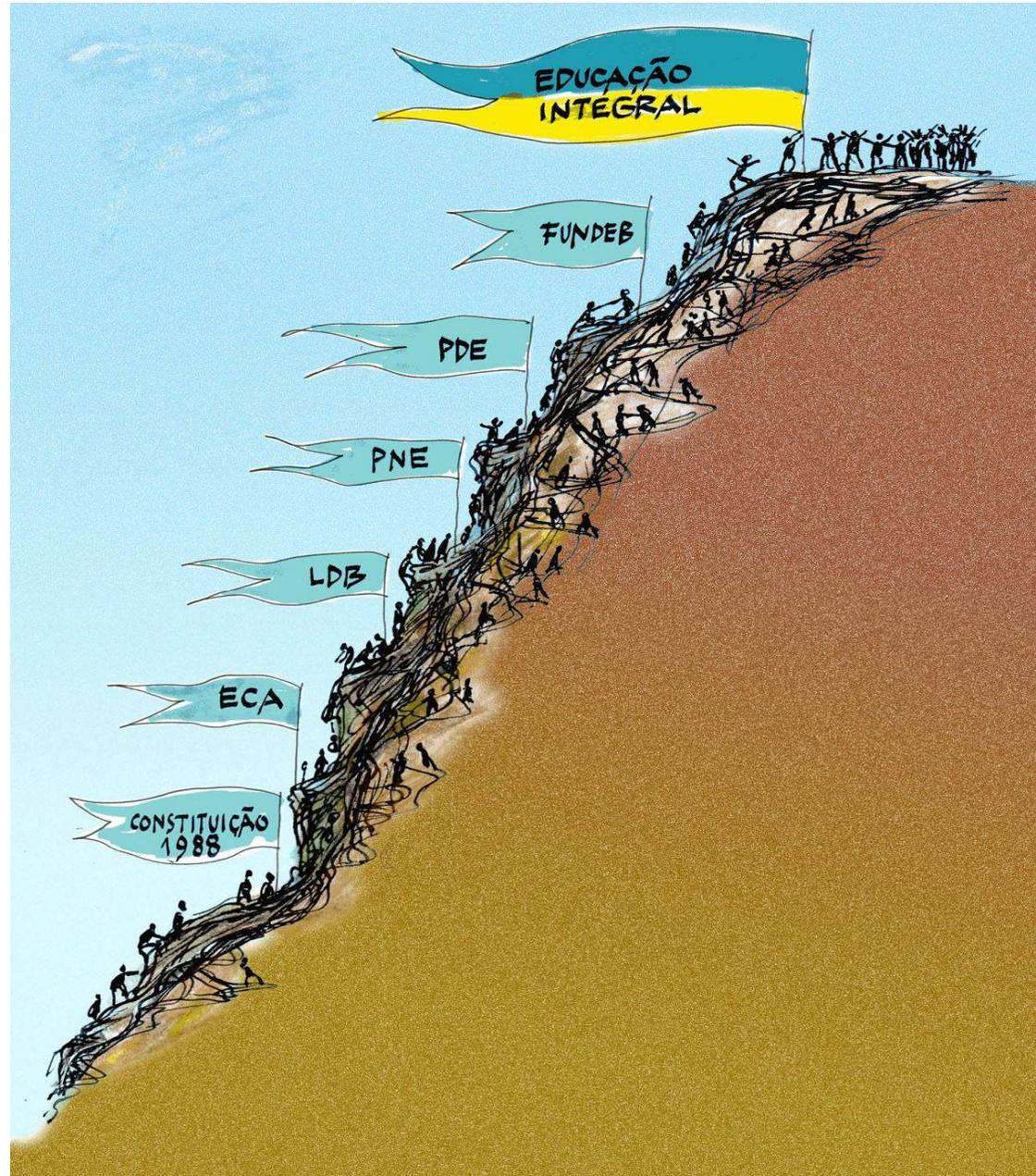
“A Escola de dia completo, vale dizer, a que atende seus alunos das 7 ou 8 da manhã até às 4 ou 5 da tarde, não é nenhuma invenção do Brizola nem minha, nos CIEPs. Este é o horário das escolas de todo o mundo civilizado. Todas essas horas de estudo são absolutamente indispensáveis para fazer com que o menino francês aprenda a ler e escrever em francês, ou o japonês em japonês. Oferecer a metade dessa atenção e às vezes menos ainda a uma criança mais carente que a daqueles países, porque afundada na pobreza e porque recentemente urbanizada, é condená-la a fracassar na escola e depois na vida”.

MATRIZES HISTÓRICAS - PAULO FREIRE



“ (...) A essa escola verbalista, propedêutica, antidemocrática, por isso mesmo cada vez mais superposta à sua comunidade, oponhamos uma outra escola. [...] centrada na comunidade e formadora de hábitos, “deverá, assim, organizar-se para dar ao aluno, nos quatro anos de seu curso atual e nos seis a que se deve estender”, diz Anísio Teixeira, **“uma educação ambiciosamente integrada e integradora”**. Para tanto, continua o mestre brasileiro, precisa, primeiro, de tempo: tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos (e não de adestramento para passar em exames) e de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual.”

**EDUCAÇÃO INTEGRAL:
convergência de
vontades e lutas
políticas**





* **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

Capítulo II - Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

* **Lei nº 9.394, de 20/12/1996 - LDB**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Prevê o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral (Artigos 34 e 87).

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

O Art. 87

5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.



*** Lei nº 11.494, de 20/06/2007 - FUNDEB**

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais

- Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

O Art. 10 inclui o tempo integral como um dos tipos de matrícula a receber ponderação diferenciada para distribuição proporcional de seus recursos;

*** Decreto 6.253, de 13/11/2007 - FUNDEB**

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.

Art. 4 Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, observado o disposto no art. 20 deste Decreto.

*** Decreto 7.083, de 27/01/2010 – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**

Dispõe sobre o Programa Mais Educação.

Art. 1º O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

Art. 3º São objetivos do Programa Mais Educação:

I - formular política nacional de educação básica em tempo integral;

II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;

III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;

IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e

V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

*** Portaria FNDE 873, de 01/07/2010**

Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2011.

Trata do financiamento da Educação Integral



*** Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, na Casa de origem)**

- **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020**

A Meta 6 propõe oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

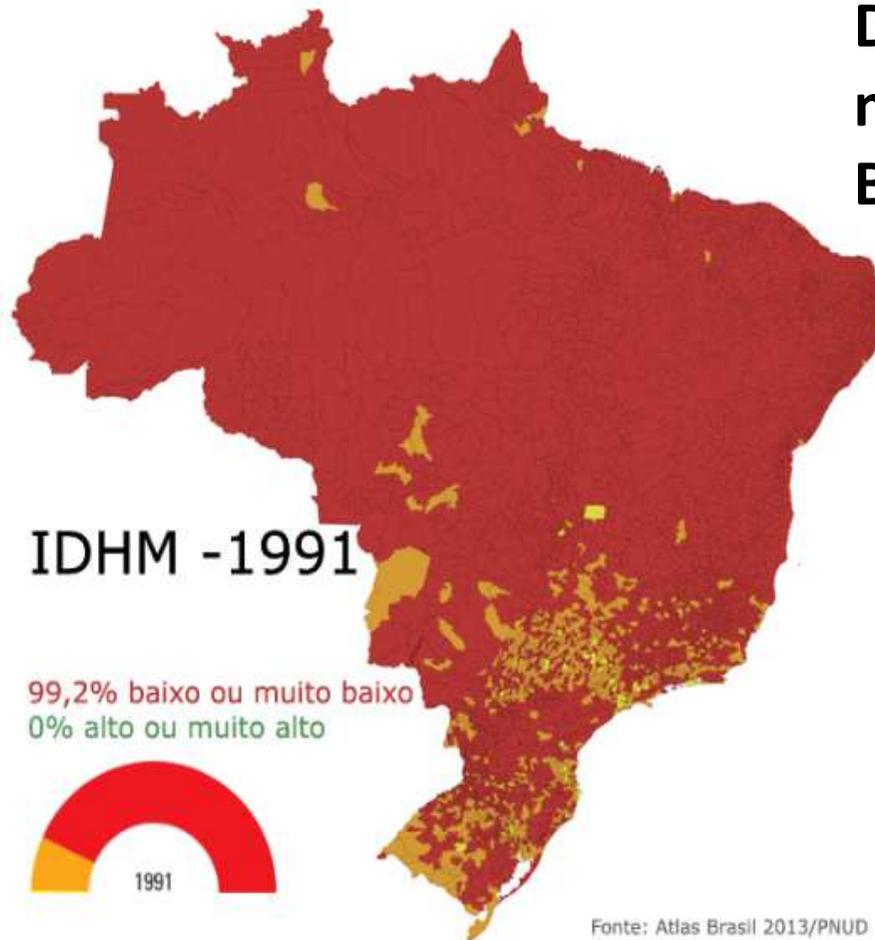
*** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica/Conselho Nacional de Educação (CNE) - 2013**

Apresenta a Educação Integral como caminho para orientar a organização da escola, as atividades nelas realizadas e as políticas sociais que se relacionam com as práticas educacionais (Brasil, 2013, p. 18), e a atualiza as diretrizes para a Educação Infantil, de 2009, para o Ensino Fundamental, de 2010, e para o Ensino Médio, de 2012.

“Quais foram os aspectos do mundo moderno e de sua crise que efetivamente se revelaram na **crise educacional** para que, durante décadas, se pudessem dizer e fazer coisas em contradição tão flagrante para o bom senso? [...] **o que podemos aprender desta crise acerca da essência da educação** – não no sentido de que sempre se pode aprender, dos erros, o que não se deve fazer, mas sim refletindo sobre o papel que a educação desempenha em toda a civilização, ou seja, **sobre a obrigação que a existência de crianças impõe a toda sociedade humana?**”



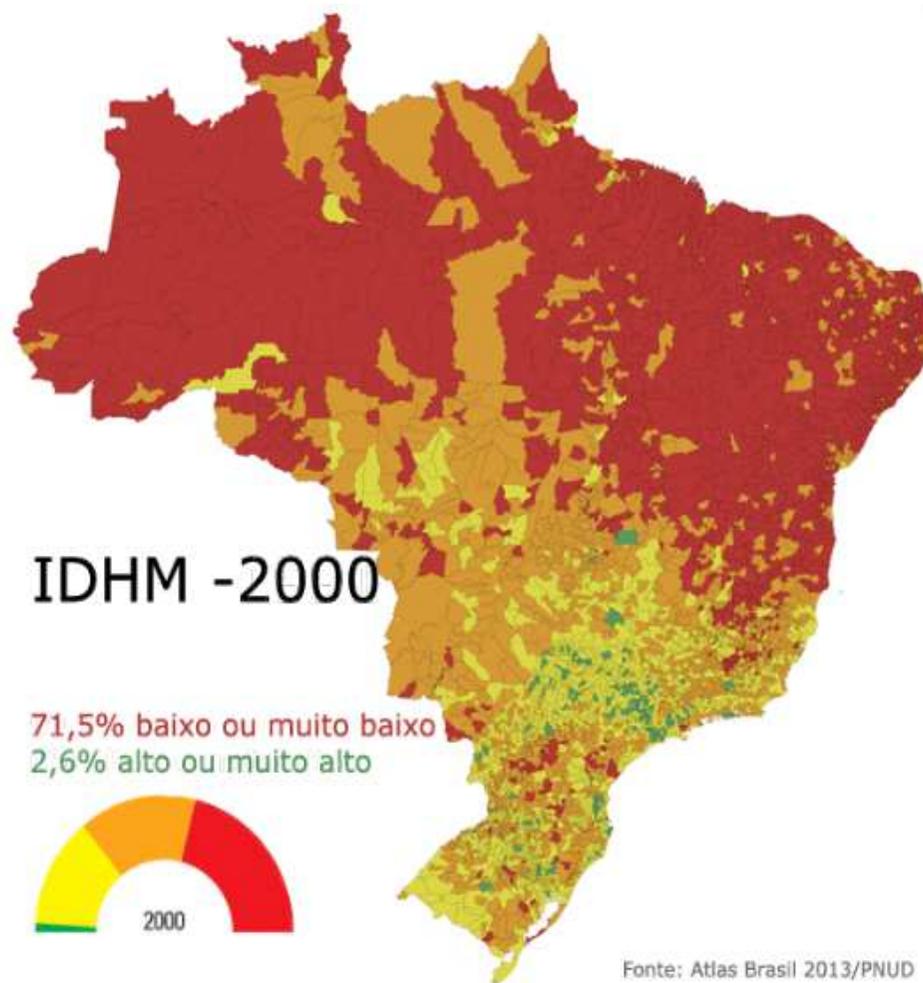
Dados do IDH por município mostram escala das mudanças no Brasil nos últimos 10 anos



- Baixo ou Muito Baixo
- Alto ou Muito Alto

Fonte: Atlas Brasil 2013/PNUD

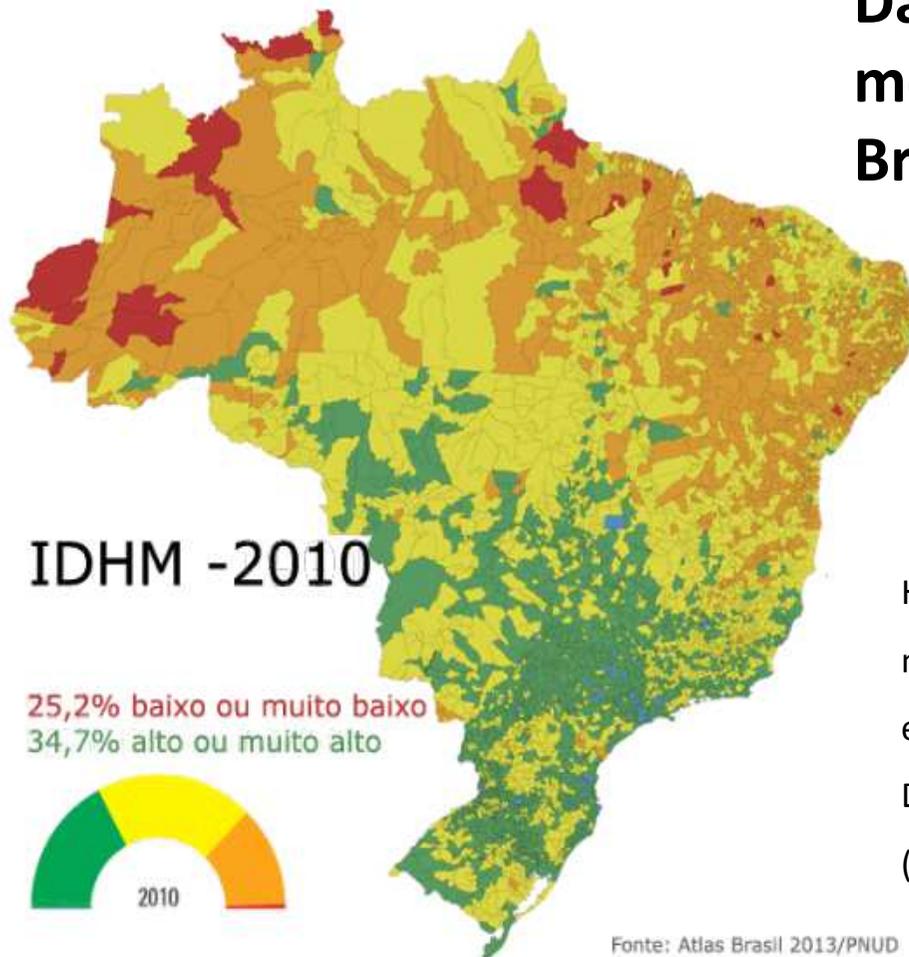
Dados do IDH por município mostram escala das mudanças no Brasil nos últimos 10 anos



- Baixo ou Muito Baixo
- Alto ou Muito Alto

Fonte: Atlas Brasil 2013/PNUD

Dados do IDH por município mostram escala das mudanças no Brasil nos últimos 10 anos



- Baixo ou Muito Baixo
- Alto ou Muito Alto

HOJE: Cerca de 74% dos municípios brasileiros se encontram nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento. O restante, 25%, está entre aqueles que apresentaram Baixo ou Muito Baixo Desenvolvimento Humano, um total de **1.431 municípios** (maior concentração NO e NE).

BRASIL:

Habitantes: **201.032.714**

Municípios: **5.570**

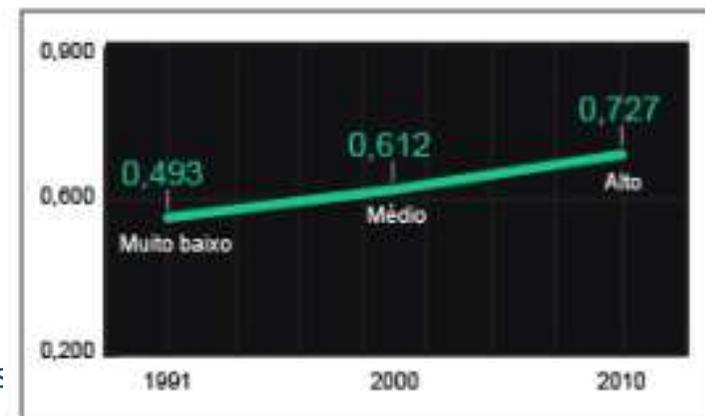
Educação Básica: **192.676 unidades de ensino**

Matrículas (Censo 2012) : **50.545.050 estudantes** - sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas da rede privada. Desse total, 1/3 das matrículas são de estudantes de 06 a 17 anos são provenientes de famílias beneficiadas pelo **Programa Bolsa Família (17. 476.882 estudantes)**.

O **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD)** aponta que o **IDHM** (índice de desenvolvimento humano municipal) médio do país subiu de **0,493 (em 1991)** para **0,727 (em 2010)** - quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento. Porém, o maior desafio continua sendo a Educação e os índices de **permanência** na escola.

EVOLUÇÃO DO IDHM BRASILEIRO

O índice varia de 0 (muito baixo) a 1 (muito alto)

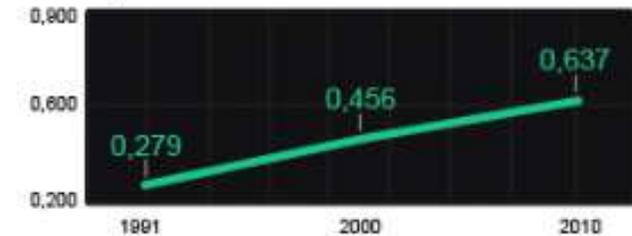


Educação:

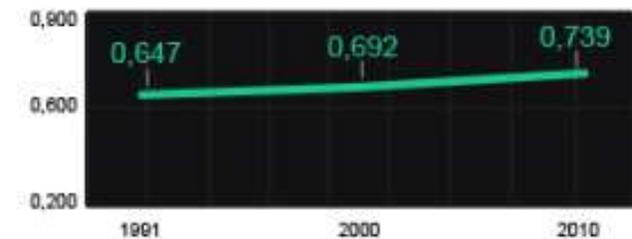
- Ao analisar o item educação isoladamente, o Brasil subiu de **0,279** (em 1991) para **0,637** (em 2010). É a dimensão que mais avançou nos últimos anos (128,3%).
- Os indicadores mostram que houve uma **universalização da educação básica** no país, com quase a totalidade das crianças matriculadas.
- O percentual de crianças com 5 e 6 anos frequentando a escola, por exemplo, subiu de **37,3%** (em 1991) para **91,1%** (em 2010).
- As crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental também aumentaram de **36,8%** (em 1991) para **84,9%** (em 2010).
- Porém, à medida que se avança nos ciclos seguintes da educação, nota-se um gargalo no setor. A população de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo é de **57,2%**, em 2010. Em 1991, era **20%**.

Evolução dos itens que fazem parte do IDHM

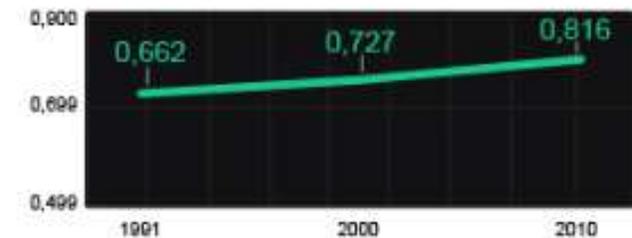
EDUCAÇÃO



RENDA



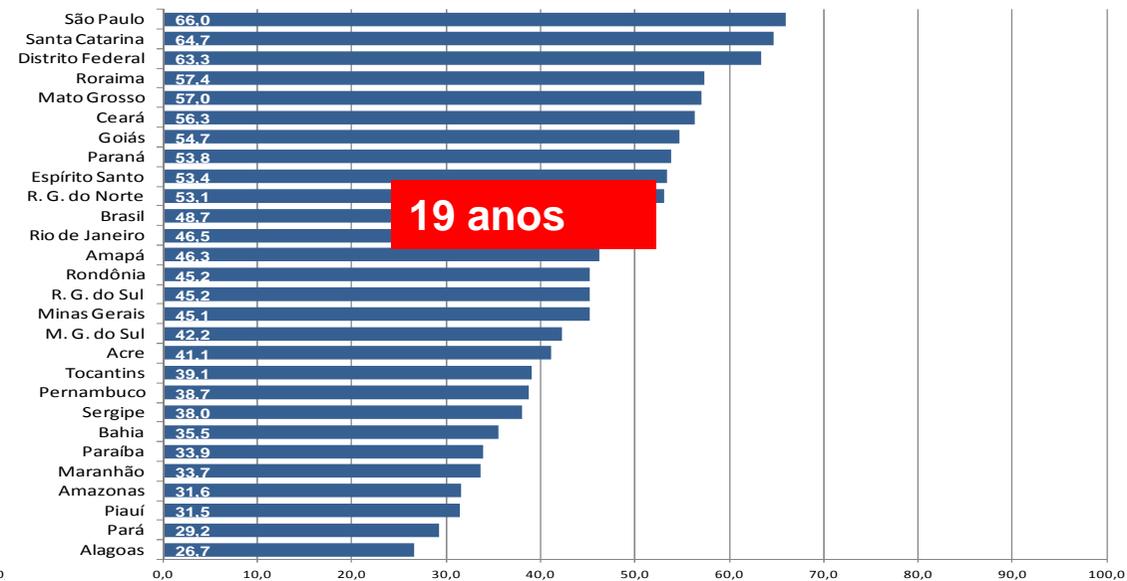
LONGEVIDADE



TRAJETÓRIA OU FLUXO ESCOLAR: Dados do Inep



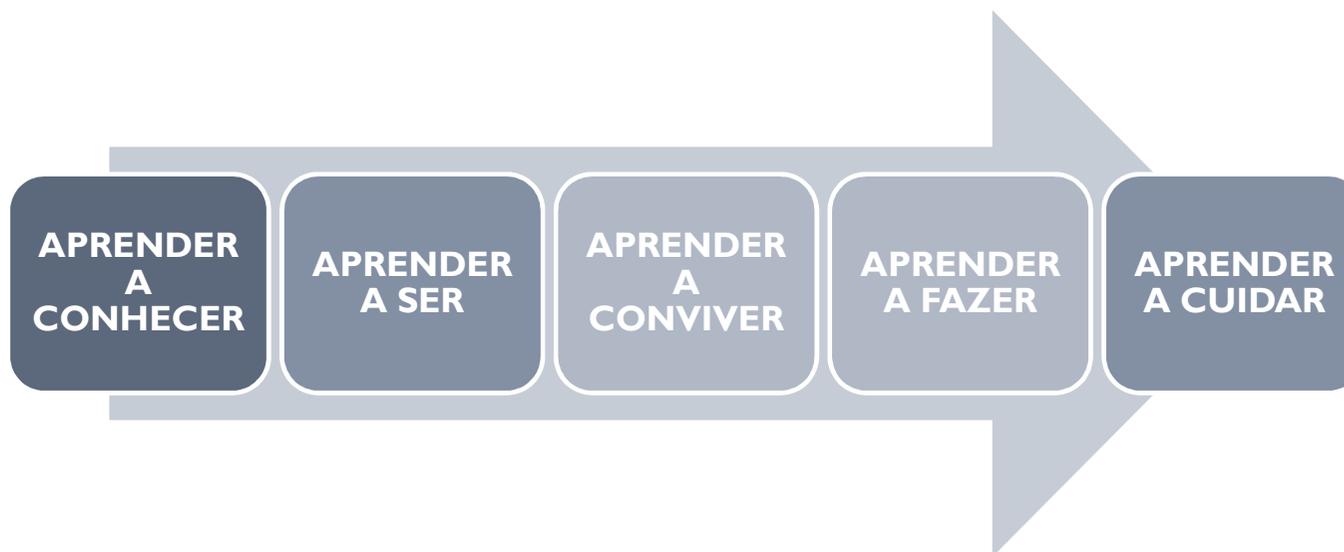
Adequação Idade-Anos de escolaridade



EDUCAÇÃO INTEGRAL: pressupostos para sua construção

- * Reconfiguração societária e reconfiguração da política educacional brasileira;
- * Revitalização das atividades pedagógicas no tempo de permanência na escola ou sob sua responsabilidade;
- * Concepção de educação que envolve a superação da escola de turnos;
- * Currículos que acolham as realidades das comunidades locais;
- * Escola inserida no contexto social;
- * Possíveis intersecções dos saberes acadêmicos e populares;
- * A escola como espaço de construção do sujeito;
- * Desenvolvimento das múltiplas dimensões da identidade humana como uma das grandes finalidades da escolarização básica.

O desenvolvimento humano é possibilitado por diferentes dimensões e liberdades: direito a outros / novos tempos e outros / novos espaços educadores.



A possibilidade do desenvolvimento integral é despertada e mediada pela prática pedagógica diferenciada.

FONTE:
- Relatório Delors/UNESCO
- Leonardo Boff

**Educação
Integral**

**Tempo
Integral**

Currículo

**Carreira
Docente**

Formação

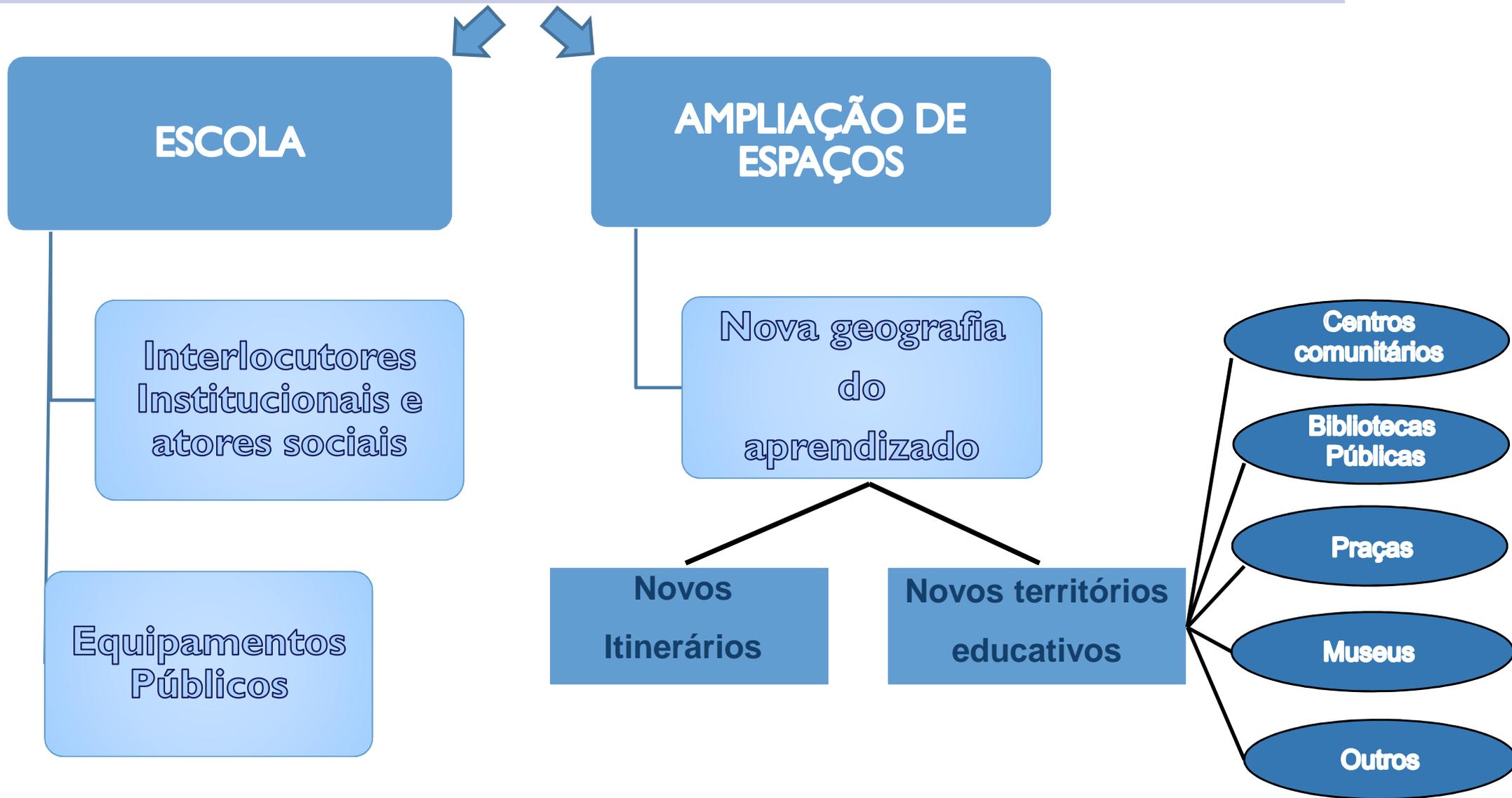
Infraestrutura

Gestão

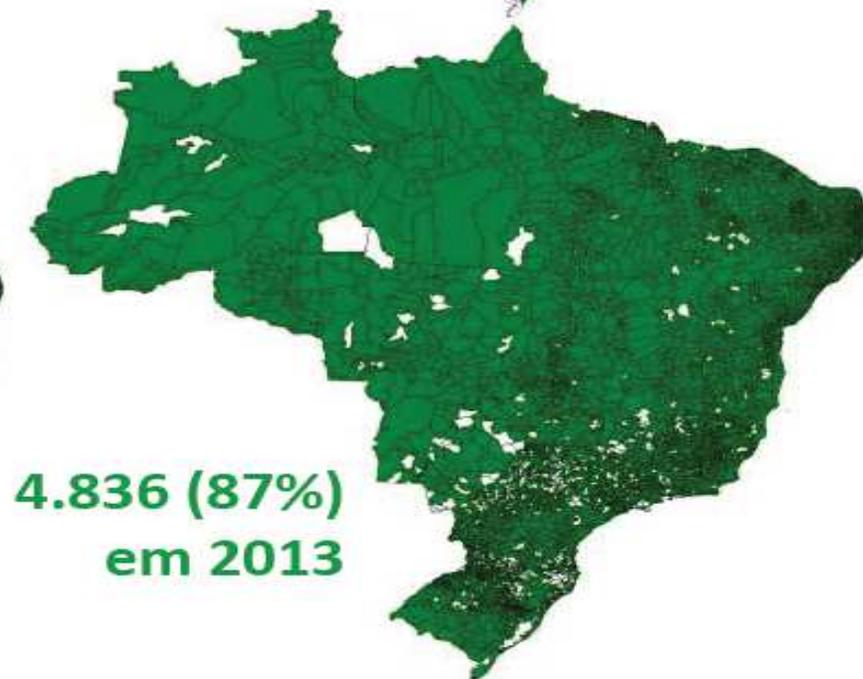
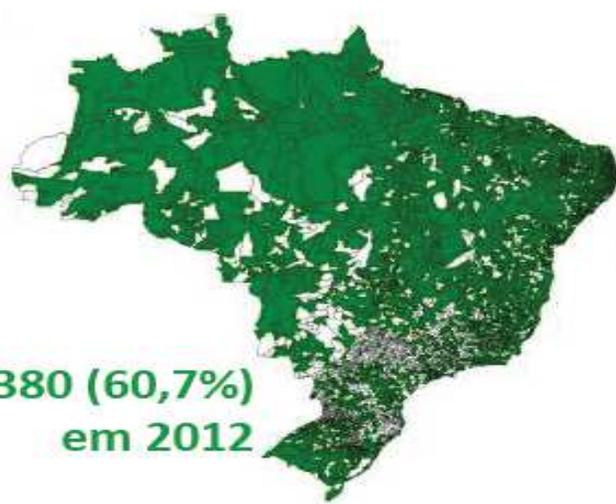
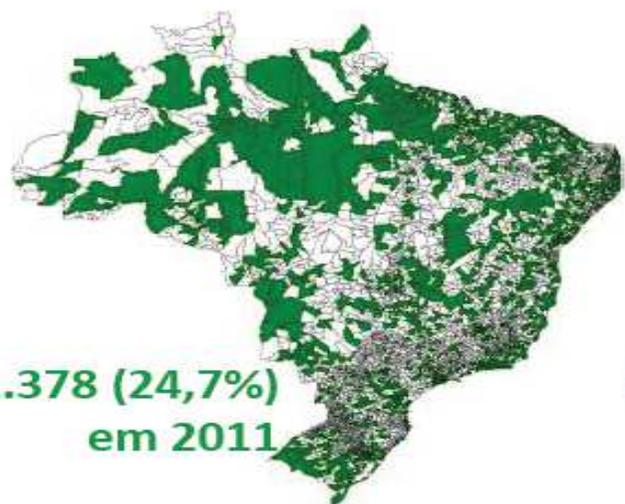
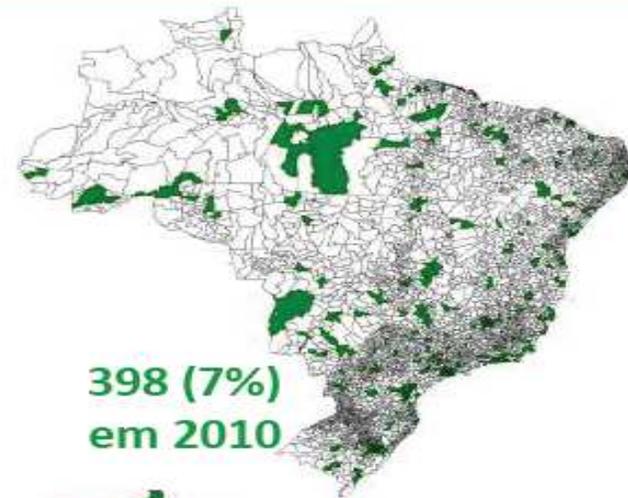
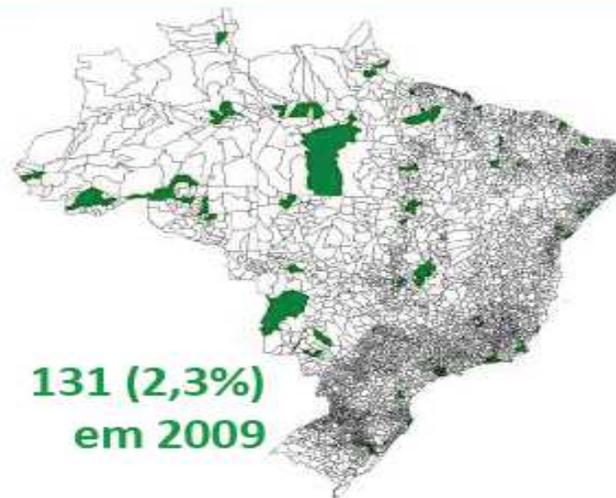
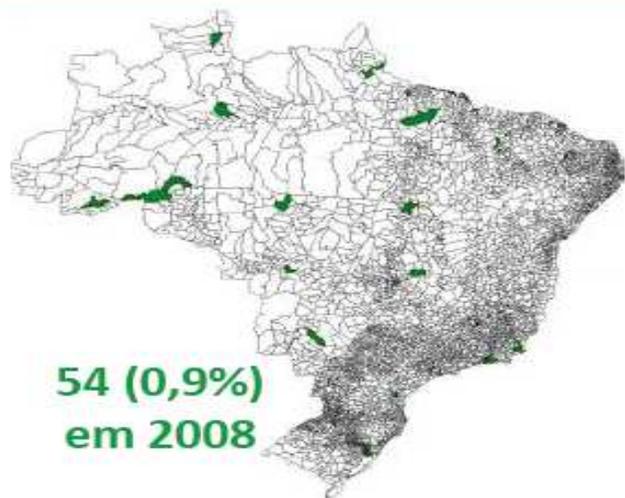
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Trata-se de uma ação estratégica do Governo Federal para induzir a efetivação da Educação Integral enquanto política pública. Assim, por meio do repasse voluntário de recursos, garante a **ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas**. Conseqüentemente, busca contribuir para a **melhoria da aprendizagem** de crianças, adolescentes e jovens, bem como para **fomentar debates em torno de novas metodologias de trabalho, novos olhares aos currículos e à prática pedagógica**.

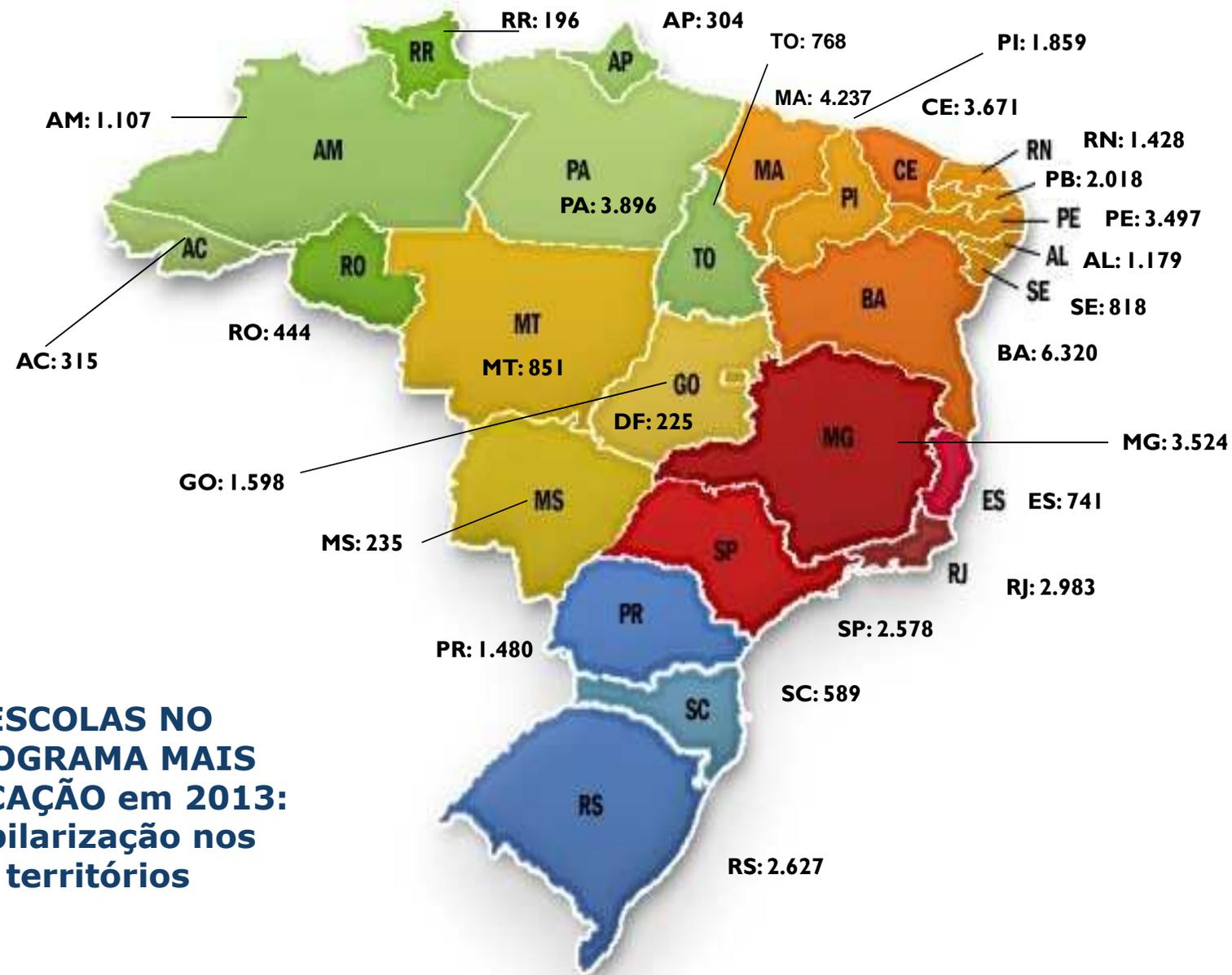
GESTÃO COOPERATIVA INTERSETORIAL DO TEMPO EDUCATIVO



DICEI/SEB/MEC - Abrangência do Programa MAIS EDUCAÇÃO nos MUNICÍPIOS



**ESCOLAS NO
PROGRAMA MAIS
EDUCAÇÃO em 2013:
Capilarização nos
territórios**

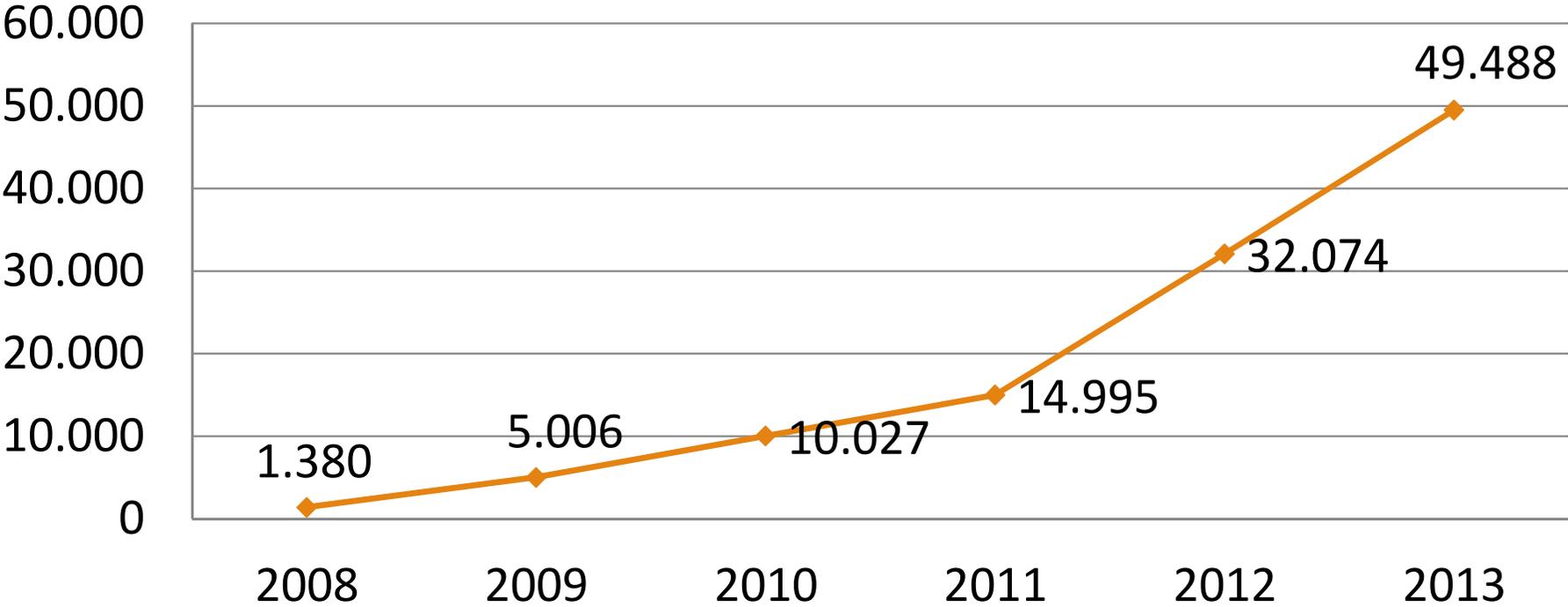


Programa Mais Educação

- ✓ Em 2012, cerca de 32.000 escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal participaram da adesão ao Programa Mais Educação, com indicação de atendimento a, aproximadamente, 4 milhões e 800 mil estudantes.
- ✓ Em 2013, foi estabelecida a meta de ampliar o atendimento para 45 mil escolas. Essa meta foi cumprida e ultrapassada, conforme o cadastramento dos planos de atendimento, para mais de 49 mil escolas. Estima-se atender seis milhões de estudantes.
- ✓ Perspectivas 2014:
60 mil escolas públicas (estaduais, municipais e do Distrito Federal)

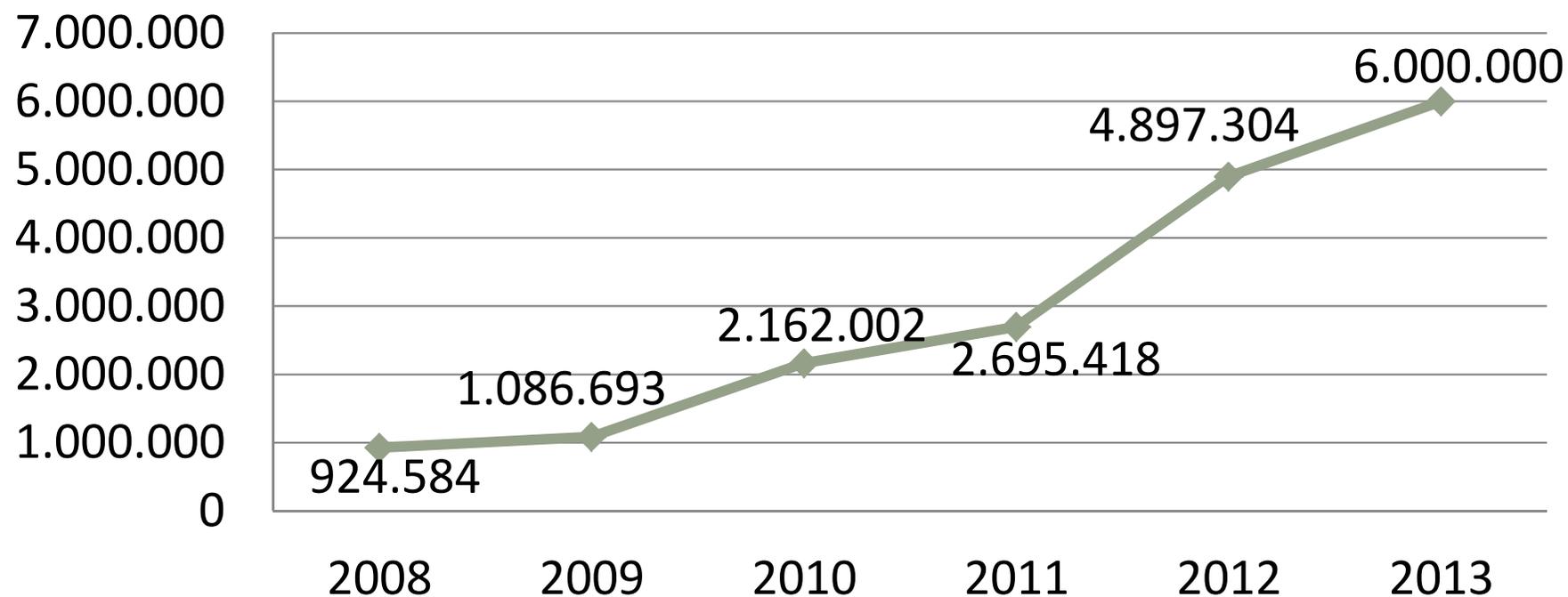
Evolução do Programa Mais Educação: escolas

Escolas que aderiram ao Mais Educação



Evolução do Programa Mais Educação: estudantes

Estudantes participantes do Mais Educação

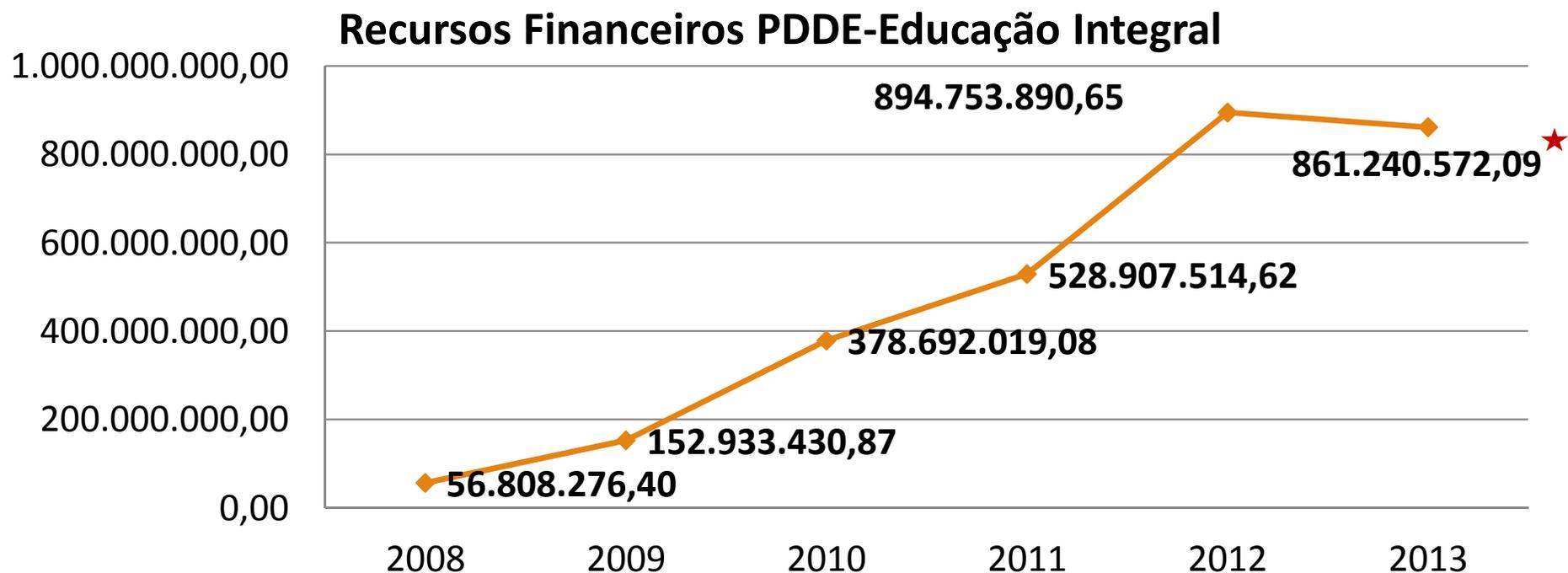


Observação: O dado de 2013 é uma estimativa.

Programa Mais Educação: recursos

- ❖ **A oferta do Programa é realizada por meio da transferência voluntária de recursos da União para as escolas, conforme a dinâmica do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para:**
 - Ressarcimento de despesas de alimentação e transporte dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento de atividades;
 - Aquisição de materiais de consumo e/ou permanentes;
 - Contratação de serviços e custeio e/ou capital;
 - Aquisição de kits de materiais para as atividades escolhidas.
- ✓ **Também são repassados recursos para estados e municípios, via o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).**

Evolução do Programa Mais Educação: Recursos Financeiros do PDDE/Educação Integral



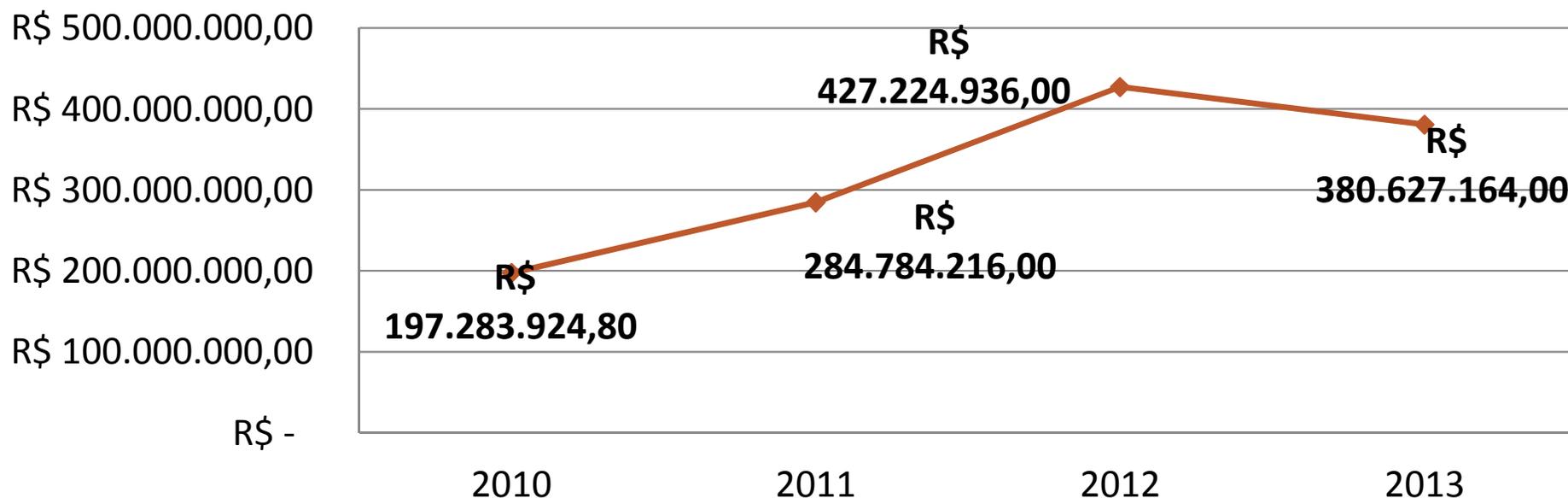
Observação:

* Pagamento parcial referente à adesão 2013. Para esta adesão, estima-se a liberação de R\$ 1.100.000.000,00.

Fonte: SIMEC - Outubro/2013

Evolução do Programa Mais Educação: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Pagamentos Efetuados pelo PNAE - Programa Mais Educação



Observação: Não foram disponibilizados dados dos anos anteriores a 2010, pois o PNAE não tinha um Plano Interno específico para o Mais Educação.

Desta forma, os pagamentos nesse período foram feitos em forma de ajustes no Ensino Fundamental.

O valor referente ao ano de 2013 é uma parcial. Ainda faltam ser liberadas 02 (duas) parcelas pelo PNAE.

MAIS EDUCAÇÃO ESCOLAS URBANAS

Oportunidades Educativas: Reorganizando o percurso escolar

- 1. Acompanhamento Pedagógico**
 - Orientação de Estudos e Leitura**
- 2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica**
- 3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial**
- 4. Educação Ambiental e Sociedade Sustentável**
- 5. Esporte e Lazer**
- 6. Educação em Direitos Humanos**
- 7. Promoção da Saúde**



MAIS EDUCAÇÃO ESCOLAS DO CAMPO

**Oportunidades Educativas:
Reorganizando o percurso escolar**

- 1. Acompanhamento Pedagógico
- Campos do Conhecimento**
- 2. Agroecologia**
- 3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial**
- 4. Educação em Direitos Humanos**
- 5. Esporte e Lazer**
- 6. Iniciação Científica**
- 7. Memória e História das Comunidades Tradicionais**



Escola Municipal Desembargador Montenegro Rio de Janeiro (RJ)



Macrocampo: Acompanhamento Pedagógico
Atividade: Letramento

Escola Municipal Adélia Ribas Governador Valadares (MG)



Macrocampo: Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica
Atividade: Jornal Escolar

Escola Municipal Adélia Ribas Governador Valadares (MG)



Macrocampo: Esporte e Lazer
Atividades: Judô e Xadrez



**CEF 01 de Sobradinho
Distrito Federal (DF)**



**Escola Municipal Deodato
Formosa (GO)**



Macrocampo: Educação Ambiental e Sociedade Sustentável
Atividade: Jornal Escolar

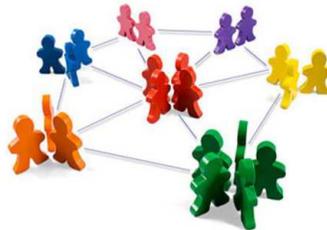
Centro Municipal de Educação Básica Maria Lygia Andrade Haack Esteio (RS)



Macrocampo: Cultura, Artes e Educação Patrimonial
Atividade: Flauta e Percussão

DIÁLOGO NOS TERRITÓRIOS: COMITÊS TERRITORIAIS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

É o espaço de participação sistemática de representantes das secretarias de educação, escolas, estudantes e usuários dos sistemas públicos de ensino, universidades, de programas sociais e dos diferentes atores sociais que implementam ou apoiam a oferta de educação integral em tempo integral.



- ❖ Destacam-se experiências vivenciadas nas Regiões Metropolitanas de **Pernambuco, Bahia, Ceará, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo**, que consolidaram a importância de se unir ações e o diálogo entre os programas de educação integral.
- ❖ Construção de espaços permanentes de formação, por meio da realização de reuniões locais periódicas para planejar e aperfeiçoar a execução dos programas.

Comitê de Educação Integral de Pernambuco

• Fonte: Portal MEC (26/06/2013)

• **Adesão a programa cresce 70% em Pernambuco de 2010 a 2012**

- A adesão de escolas de ensino fundamental públicas de Pernambuco ao programa Mais Educação cresceu 70,6% entre 2010 e 2012. Em 2010, aderiram ao programa 694 instituições de ensino. Em 2012, o número subiu para 2.364, conforme dados da Coordenação-Geral de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação. Na avaliação da articuladora do Comitê Territorial de Educação Integral de Pernambuco, Glauce Gouveia, a criação da entidade, em 2008, ampliou as possibilidades de participação no Mais Educação. Hoje, dos 185 municípios pernambucanos, 174 têm escolas no programa.
- Para alcançar esses resultados, o comitê, que começou a atuar em seis cidades da região metropolitana de Recife e hoje está presente em 174, investiu no diálogo com as secretarias municipais de Educação. Glauce salienta que desses encontros saíram as agendas de trabalho e de formação e as parcerias com instituições como a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), as universidades federais de Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Instituições parceiras também integram o comitê. Na dinâmica de trabalho, a cada três meses é realizada na Fundaj, em Recife, uma reunião geral dos 174 coordenadores municipais do Mais Educação. As demais reuniões, mensais, ocorrem nos polos do Sertão, Agreste, Zona da Mata e litoral. Em 2011, o comitê promoveu o primeiro fórum de educação integral. O segundo está previsto para outubro ou novembro deste ano.



Pernambuco - PME
1.871 escolas – Rede Municipal
553 escolas – Rede Estadual

Estruturação do Comitê Norte Mineiro de Educação Integral

- *Fonte: Prefeitura de Montes Claros (18/06/2013)*
- **Promover educação em todo o norte de Minas. Este é o principal objetivo do Comitê Norte Mineiro de Educação Integral.**
- O Comitê Norte Mineiro de Educação Integral está sendo criado para fomentar as discussões sobre a implantação e desenvolvimento das escolas de tempo integral ligadas aos programas federais, como o Mais Educação, Escola Aberta e Programa Saúde na Escola. Todas as discussões são embasadas e organizadas de acordo com as políticas públicas aplicadas pelo Ministério da Educação (MEC), via Diretoria de Currículos e Educação Integral, adaptando as particularidades de cada município para o seu pleno desenvolvimento.
- Segundo o coordenador do Comitê Norte Mineiro, secretário adjunto de Educação Integral de Montes Claros, o professor Andrey Souza, “a formação do comitê propiciará uma maior articulação entre os municípios do norte de Minas e principalmente criará uma diretriz que irá facilitar as intervenções junto às crianças e adolescentes de nossa região, melhorando assim a qualidade do atendimento e a obtenção de melhores resultados”.



Minas Gerais - PME

902 escolas – Rede Municipal

888 escolas – Rede Estadual

* **Montes Claros:** 29 escolas

Os tempos da vida ...





Nos tempos



da escola





Há escolas que são gaiolas.

Há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo.

Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.

Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.

Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros.

Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.

O que elas amam são os pássaros em voo.

Existem para dar aos pássaros coragem para voar.

Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros.

O voo não pode ser ensinado.

Só pode ser encorajado.

Rubem Alves



Mafalda

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL**

**JAQUELINE MOLL
Diretora de Currículos e Educação Integral**

(61) 2022-9208/9211/9212

jaqueline.moll@mec.gov.br